

Relatório da Audiência n.º 53 - COFMA-XIII

Dia: 31 de outubro de 2018

ENTIDADE: *APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios*

ASSUNTO: Orçamento do Estado para 2019.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Vice-Presidente da Comissão, Deputada Cecília Meireles
- Inês Domingos (PSD);
- Margarida Marques (PS);
- João Pinho de Almeida (CDS-PP)
- Paulo Sá (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Cecília Meireles, deu as boas vindas aos representantes da *APFIPP*, dando nota do modo de condução dos trabalhos, tendo depois passado a palavra ao seu Presidente.

O Presidente da *APIPP* começou por lembrar que se comemorava naquele dia, o Dia Mundial da Poupança, tema que serviu de mote à sua intervenção inicial, salientado que a *APFIPP* representa a “indústria da poupança” que é, uma atividade, na sua opinião, bastante regulada. Sublinhou que, entre nós, se despreza a poupança, sendo atualmente irrelevante o nível de poupança em Portugal. Também considerou que se presume erradamente que o sistema de proteção está assegurado pelo Estado. Notou que em todos os países, à exceção do nosso, tem havido a preocupação de criar incentivos para a promoção da poupança, estando Portugal fora da tendência europeia nesta matéria. Sustentou ainda que países como a Alemanha e o Reino Unido já avançaram para mecanismos de “auto-enrollment” porque compreenderam que o Estado não terá condições, no futuro, de continuar a suportar reformas.

Afirmou que para a *APFIPP*, a proteção das pessoas na reforma é o tema central das suas preocupações. Destacou três medidas/propostas para o Orçamento do Estado (OE) para 2019, que na sua ótica, têm um impacto orçamental pouco expressivo. A primeira surge no

quadro dos incentivos às empresas para mobilizar dinheiro em fundos reformas dos trabalhadores, ou seja, para a constituição de Planos de Pensões a favor dos trabalhadores. A segunda, diz respeito a incentivos para conversão de património em complementos de reforma, motivando as pessoas, sobretudo seniores, a utilizarem a habitação como forma de gerarem mais-valias, mas isentas de tributação, como sucede em Espanha. A isenção pode converter-se em poupança, e rendimento, se aplicado na subscrição de seguros ou adesão a Fundos de Pensões. A terceira respeita à regularização do modelo de tributação de rendimentos financeiros recebidos na reforma. No entendimento da APFIPP, estes rendimentos não deveriam ser tributados na categoria H, mas pela taxa liberatória. Apresentam o que consideram ser uma proposta minimalista, segundo a qual se manteriam inalteradas as regras para rendas vitalícias existentes, propondo alterações apenas para situações novas, onde se aplicaria a equivalência à categoria E (alteração do artigo 21.º do Estatuto de Benefícios Fiscais).

Na fase de debate, começou por intervir a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) que agradeceu os contributos da APFIPP, considerando-os facilitadores do trabalho desenvolvido na Comissão. Manifestou também partilhar da mesma preocupação relativamente aos dados estatísticos sobre a poupança em Portugal (da Eurostat) que considerou estar a um nível insustentável. Defende uma visão diferente do problema que, na sua ótica, não encontra eco na proposta do OE para 2019. Concluiu informando que o PSD tomará boa nota das propostas apresentadas.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) sublinhou que, como tem sido hábito, APFIPP apresenta propostas muito concretas. Considera que é uma prática útil, em linha aliás com a tradição parlamentar de ouvir as entidades no âmbito do processo orçamental. Observou que a discussão não se restringe às questões técnicas, refletindo também opções políticas e ideológicas. Ainda assim, considerou generalizada a preocupação com o problema da falta de poupança. Embora a habitação constitua uma forma de poupança muito importante, nota que o peso da dívida de crédito hipotecário nas despesas das famílias é significativo. Concluiu agradecendo as propostas apresentadas, que o PS vai analisar.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) realçou que esta questão tem substância política e tem estado presente no discurso do CDS-PP, nomeadamente no âmbito do Grupo de Trabalho da Dívida Pública. Sustentou que Portugal evidencia um desequilíbrio importante que se relaciona com a inexistência de poupança na nossa economia. Considerou ainda mais grave num ciclo económico de crescimento, em que o rendimento disponível tem aumentado. Finalizou concluindo que a atual situação de inexistência de poupança não é sustentável, assinalando também a insuficiência de mecanismos de incentivo à poupança que assegurem uma economia mais resistente a ciclos económicos adversos.

O Senhor Deputado Paulo (PCP), admitindo a relevância da poupança na economia e partilhando as preocupações já anteriormente expressas sobre o problema da falta de poupança, destacou a posição do PCP sobre a necessidade de enquadrar a política fiscal num plano mais amplo, onde a criação de incentivos deve ser ponderada por critérios de justiça fiscal. Anunciou que o seu GP analisará cuidadosamente as propostas apresentadas.

Na resposta final, o Presidente da APFIPP voltou a sublinhar que foram apresentadas três propostas minimalistas, sendo que as mesmas, no seu entender, têm pouco impacto orçamental. Contestou a ideia de haver uma carga ideológica sublinhando a dimensão económica, que se relaciona com a evolução demográfica, aludindo também ao “Ageing Report” publicado pela Comissão Europeia. Reiterou a posição da Associação sobre o erro de perceção do Estado nesta matéria. Concluiu sublinhando que a preocupação da APFIPP vai além da representação dos interesses das empresas suas associadas.

A senhora Vice-Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pela APFIPP e encerrou a audição.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pela APFIPP e a gravação, pode ser consultada na [página internet](#) da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 31 de outubro de 2018

A Vice-Presidente da Comissão

Cecília Meireles